

HOMEM - MULHER: POR QUE POLARIZAMOS OS SEXOS? *

MARILIA GRACIANO **

— É menino ou menina?

A pergunta, geralmente colocada pelos pais logo que a criança nasce, é bastante significativa. Aparece em primeiro plano no momento do nascimento de um bebê, como se sexo fosse a característica fundamental do ser humano: o pai aflito, na sala de espera, raramente pergunta à enfermeira se a criança nasceu com ou sem cabelos, quanto pesou ou mediu. Frequentemente, antes mesmo de perguntar se a criança é aparentemente sadia, ele está interessado na definição do sexo, ansioso por saber se educará um filho homem ou uma filha mulher.

O sexo é definido, sem dúvida, como uma característica muito importante em termos do desenvolvimento da criança; determina em grande parte que tipo de pessoa será, que roupas vestirá, quais os brinquedos preferidos, as oportunidades profissionais e o papel familiar que vai desempenhar na vida adulta. Ser homem ou ser mulher é fundamentalmente diferente em nossa cultura, onde os papéis sexuais são ainda prescritos com muita rigidez.

Embora se possa admitir que as últimas gerações têm vivenciado uma evolução relativamente rápida no sentido da maior igualdade entre os sexos, é inegável que os papéis sexuais, como concebidos hoje no Brasil, ainda são muito polarizados. Sem dúvida, encontramos frequentes exceções à regra: mulheres cuidando de negócios, homens cozinhando e tomando conta dos filhos etc.. Tais casos são, todavia, proporcionalmente raros, não deixando muitas vezes de causar estranheza em certos meios sociais. Além disso, ainda que se admita que homens adultos desempenhem tarefas domésticas, não se aceita em geral que os meninos sejam efetivamente treinados para elas, brincando de casinha ou boneca. Também não se espera da menina que ela seja muito ativa ou agressiva em suas brincadeiras.

(*) Comunicação apresentada na 30ª Reunião Anual de Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — São Paulo-1978.

(**) Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Em geral, as normas sociais prescrevem uma postura dominadora, agressiva e ativa para os homens, contraposta a uma certa passividade e submissão da mulher. Isto diz respeito não apenas ao comportamento observável (quem toma decisões, quem trabalha mais ou é mais ativo) mas às atitudes e valores mais profundos, nem sempre explícitos, que subjazem e determinam os comportamentos.

Tais atitudes, enraizadas em homens e mulheres desde a infância — através do relacionamento com os pais, com a escola, pela literatura infantil e os meios de comunicação de massa — dificilmente serão superadas na vida adulta. As mudanças visíveis que ocorrem no adulto, em termos de desempenho de papéis sexuais, são geralmente limitadas por um código de valores muito rígido, sobre o qual é mais difícil atuar. Entretanto, sabemos que só a esse nível mais profundo ocorrerá a verdadeira liberação dos papéis sexuais, pois, de resto, haverá apenas uma alteração superficial de comportamento.

Implícita à submissão da mulher, está a supervalorização do homem, a idéia de que «sua vontade é a mais justa». Recentemente, entrevistamos uma balconista que nos disse receber a metade do salário de seus colegas do sexo masculino, exercendo as mesmas funções. Ela comentou que achava isso errado. Todavia, quando perguntamos se havia reclamado contra o fato, ela respondeu:

— Claro que não! Eu não sou a única mulher...

Nesta resposta estão implícitas as atitudes de que «o mundo é feito assim», «as mulheres aceitam tudo sem se queixar» e «o homem sempre tem preferência». Ainda que ela considere errada a discriminação salarial, não concebe a queixa como possível e generaliza isto para as outras mulheres em idêntica situação. Vemos aí um conflito entre seu julgamento racional e o comportamento de aceitação, que só pode ser explicado pela influência de atitudes passivas muito arraigadas, que ela não consegue anular.

Uma outra mulher, de 35 anos, desquitada e bastante independente, comentou que ainda sentia muita dificuldade em telefonar para um amigo e convidá-lo para sair. Fazendo a analogia com Penélope, que tecia

tapetes enquanto Ulysses se dedicava a aventuras, ela comentou:

— Pois é, em vez de tapete eu teço a minha tese de mestrado, enquanto espero passivamente um telefonema.

Como explicar este fenômeno? Não podemos honestamente argumentar que as mulheres já nascem assim, submissas e passivas e que os homens são naturalmente superiores. As atitudes são fruto da educação e das expectativas sociais que influenciam a criança a partir do momento em que nasce, de maneira constante e sempre numa mesma direção. O indivíduo vai sendo progressivamente impregnado de atitudes e valores rígidos, carregados de conteúdo emocional. Assim, o comportamento de telefonar para um amigo (perfeitamente aceitável a nível racional) não é concretizado porque transgride as regras internalizadas, provocando reações emocionais negativas, tais como o medo e a vergonha. No caso dos homens, o mesmo acontece, mas as regras sociais são diferentes; homem é forte e corajoso, não expressa abertamente suas emoções etc.

Constatamos então, que existe uma forte atuação social no sentido de polarizar os comportamentos sociais dos dois sexos. Em que ela se fundamenta? Haveria realmente alguma diferença natural entre homens e mulheres?

De forma implícita ou explícita, muitas vezes as diferenças biológicas são indicadas como responsáveis pelas diferenças a nível social. Isso está presente, por exemplo, na crença generalizada de que os comportamentos maternos da mulher ou a agressividade do homem são naturais, ou seja, dependentes da natureza biológica diferente dos dois sexos. Este argumento pode ser usado para justificar a responsabilidade quase exclusiva da mulher no cuidado dos filhos ou a predominância de homens em cargos de direção.

Na verdade, a ciência pouco tem a oferecer para confirmar tais crenças. Existem, sem dúvida, algumas teorias que pretendem explicar, de forma bastante complexa, as diferenças observadas entre homens e mulheres através de diferenças na conformação do cérebro ou nos componentes hormonais. Por exemplo, Buffery e Gray (1972) sugerem, em sua teoria, que a maior habilidade verbal das meninas depende de um mecanismo neural inato, que no cérebro é localizado no hemisfério esquerdo, mais desenvolvido nas mulheres. No entanto, esta teoria já foi criticada com base no fato de que muitas outras habilidades em que as mulheres se sobressaem dependem de mecanismos localizados no hemisfério direito do cérebro, comumente chamado de hemisfério masculino (ver Mc Guinness, 1976).

As diferenças na infra-estrutura do sistema nervoso de homens e mulheres, se é que realmente existem, não parecem poder explicar todas as variações de comportamento observadas entre os sexos. Além

disso, o fato de existirem diferenças inatas não implica em que estas sejam impermeáveis à influência do meio social. Por que não considerar que a infra-estrutura biológica se altera com a experiência de vida dos indivíduos? Se a ciência aceita que existe uma evolução das espécies, de tal forma que características biológicas se transformam no decorrer de séculos, por que não pressupor também que a infra-estrutura neural dos seres humanos tenha uma plasticidade que a torne passível de alteração durante o espaço de uma vida? O fato de uma diferença ser inata não implica em que ela seja imutável e o problema, portanto, não se coloca em termos de determinação genética X determinação ambiental, mas, sim, em termos de interação de ambos na influência sobre o comportamento (ver Archer, 1976).

Quanto aos fatores hormonais, até hoje não há evidências claras sobre seu efeito no comportamento diferencial de homens e mulheres. Lesley Rogers, numa revisão crítica recente dos estudos relativos à influência dos hormônios masculinos sobre o comportamento concluiu que «com base nas evidências existentes, as diferentes concentrações de andrógeno em homens e mulheres não conseguem explicar diferenças no comportamento agressivo ou no desempenho de tarefas cognitivas ou psicofísicas» (Rogers, 1976, p. 177, grifo nosso). Um outro ponto importante é o de que a predominância de hormônios sexuais masculinos ou femininos só ocorre na puberdade, não podendo, portanto, explicar as diferenças sexuais já observadas na infância, tais como a maior tendência dos meninos à agressividade.

Mesmo em relação ao comportamento sexual específico (por exemplo, atração por um indivíduo do sexo oposto) os hormônios parecem exercer pouquíssima ou nenhuma influência, como já demonstraram os estudos de Money. Uma criança hermafrodita, educada como menino (porque possuía órgãos genitais externos masculinos) desenvolveu preferências e reações tipicamente masculinas, mesmo durante a puberdade, quando a predominância de seus hormônios femininos começou a provocar o aumento de seios e outras características sexuais femininas (ver Money, 1973, p. 240-243).

O maior problema das pesquisas que investigam a influência hormonal sobre o comportamento está justamente na impossibilidade de se isolar o fator cultural. Não se pode conceber pesquisas que alterem o funcionamento hormonal dos seres humanos, para verificar seu efeito, ou que isolem o indivíduo, desde o nascimento, das influências sociais. A partir da concepção da criança, o fator biológico está interagindo com o fator ambiental e desta forma eles não podem ser considerados separadamente. O próprio conceito de interação pressupõe a impossibilidade de isolamento das causas: o resultante da interação é sempre resultante de um conjunto interdependente. Assim, a questão que se coloca não é a da determi-

nação biológica do comportamento — a velha questão da natureza X cultura — mas sim a de se estabelecer como as características biológicas interagem com o meio social. Ainda que, por vezes, possa ocorrer a predominância de um ou outro fator, deve-se considerar em primeiro lugar que não existe independência entre eles. A dicotomia inato-aprendido é, sem dúvida, artificial.

Reforçando o argumento sobre diferenças biológicas inatas, freqüentemente se afirma que a desigualdade em relação aos sexos é justificável a partir da existência de diferenças psicológicas. Inúmeras pesquisas têm investigado as diferenças sexuais em relação a aspectos tais como: inteligência, capacidade verbal, comportamento motor, agressividade e sensibilidade a estímulos. Alguns esforços sistemáticos foram feitos no sentido de reunir tais pesquisas, comparando-as e criticando-as, para se chegar a uma avaliação geral de seus resultados (ver Barroso, 1977; Garai e Schenfeld, 1968; Maccoby e Jacklin, 1974 e Ounsted e Taylor, 1972). No livro sobre a **Psicologia das Diferenças Sexuais** (1974), por exemplo, Maccoby e Jacklin avaliaram mais de 2.000 livros e artigos publicados, chegando à conclusão que em pouquíssimas áreas se pode dizer, com alguma segurança, que existem diferenças sistemáticas entre homens e mulheres, as quais são facilmente explicáveis pelo processo de socialização diferencial dos sexos.

O problema crucial com os resultados das pesquisas psicológicas sobre diferenças sexuais está, no entanto, em sua fragmentação. Encontramos freqüentemente resultados contraditórios para um mesmo problema. Além disso, não existem praticamente estudos longitudinais completos sobre essas diferenças. Muitas vezes, uma diferença detectada na primeira infância desaparece quando as pesquisas utilizam sujeitos adolescentes, e muito pouco se sabe para explicar este fenômeno. Paralelamente, e isto é o mais comum, diferenças inexistentes em crianças aparecem na adolescência e intensificam-se na vida adulta.

Apenas para exemplificar a dificuldade de se avaliar efetivamente a existência de diferenças sexuais a nível psicológico, vejamos os seguintes resultados:

- Pesquisas que investigaram nível de atividade na primeira infância geralmente não encontraram nenhuma diferença entre os sexos. (Maccoby e Jacklin, 1974, p. 353).
- A atividade dos bebês masculinos é bastante estimulada pelas mães, que passam mais tempo em contacto direto com seus filhos homens (Moss, 1967; Lewis, 1972).
- A atenção materna está altamente correlacionada com atividade exploratória, na primeira infância (Rubenstein, 1967).

Tais resultados são bastante contraditórios, pois, se o nível de atividade do bebê está relacionado com atenção materna, seria de se esperar que este fosse maior nos bebês masculinos, que passam mais tempo em contacto direto com a mãe. No entanto, a avaliação de pesquisas sobre nível de atividade nesta fase não comprova a existência de diferenças entre os sexos.

Como, então, concluir a partir desses resultados?

Carmen Barroso (1977), em um artigo recente sobre diferenças sexuais, criticou as pesquisas existentes em termos da impossibilidade de generalização dos dados, geralmente obtidos com amostras norte-americanas: «ainda que dispuséssemos de recursos extraordinários e pudéssemos utilizar amostras representativas da população brasileira, continuaríamos em posição bem arrastada ao tentar generalizar nossas conclusões para outros povos em diferentes contextos culturais, ou mesmo para a própria população estudada, no futuro, quando alguns de seus condicionamentos já tiverem sido alterados» (Barroso, 1977, p. 48). Outro problema é o de que nem todas as pesquisas feitas sobre diferenças sexuais chegam a ser publicadas, sendo geralmente divulgados somente os estudos nos quais a existência de diferenças é confirmada. Pesquisas que não rejeitam a hipótese nula têm, em geral, pouca divulgação.

Uma questão importante que se coloca, além dessas, é a da relevância dos resultados das pesquisas psicológicas sobre diferenças sexuais, principalmente quando estas se atêm a aspectos muito específicos ou infra-estruturais do comportamento. Por exemplo: «estudos sobre limiar de percepção auditiva têm demonstrado sistematicamente que as mulheres são superiores na audição de sons de alta frequência» (Mc Guinness, 1976, p. 129). Ou então: «meninos são mais sensíveis à percepção de reversões rápidas em um teste de reversão de figuras» (Mc Guinness, 1976, p. 131). Aos psicólogos interessados em sensação e percepção, tais resultados são, sem dúvida, de grande importância. No entanto, cabe perguntar sobre a sua relevância e importância nas discussões mais amplas sobre diferenças sexuais, onde geralmente são utilizados para apoiar a tese de que homens e mulheres têm diferentes capacidades.

Suponhamos que pesquisas futuras venham a demonstrar que, na verdade, existem diferenças entre os sexos em termos de predisposições inatas a certos comportamentos. Provavelmente serão diferenças bastante sutis, pois até hoje não se comprovou que meninos e meninas recém-nascidos apresentam diferenças fundamentais (ver Birns, 1976). Então, o fato de existirem ou não desigualdades inatas parece ser de pouca importância ou pelo menos insuficiente para

1. As diferenças que ocorrem, quanto a nível geral de atividade, só aparecem na pré-escola, quando os meninos, em geral, são mais ativos que as meninas.

justificar as divergências tão fundamentais que encontramos a nível social. Lembremos que até há relativamente pouco tempo a inferioridade intelectual da mulher era usada como argumento para justificar que ela não votasse!

Se os homens têm uma maior potencialidade para atividade motora ou discriminação de certos estímulos visuais, isto não justifica as maiores vantagens que normalmente encontram em oportunidades profissionais. Nem a maior habilidade verbal das meninas justifica a situação da mulher dona de casa, responsável exclusiva pelos cuidados dos filhos. A análise dos estudos sobre diferenças psicológicas entre os sexos deve servir, então, apenas para enfatizar que tais diferenças encontraram, até hoje, pouca comprovação. O mais importante é ressaltar a defasagem existente entre a polarização social e aquilo que concretamente existe de diferente entre homens e mulheres. A partir da análise que fizemos, fica claro que a atribuição de comportamentos, atitudes, valores e preferências a um ou outro sexo depende unicamente de fatores sócio-culturais, não se podendo fundamentar na alegação de «naturezas diferentes». É uma atribuição arbitrária, como argumentou Mathieu:

«O simples fato de podermos falar de um homem um pouco feminino ou de uma mulher um tanto masculina, deveria ser logicamente suficiente (pois cada afirmação contém uma contradição de termos) para nos fazer perceber que não há qualquer relação intrínseca entre o substantivo 'mulher' e o adjetivo 'feminino'; que os 'traços psicológicos' ou maneiras de se comportar que são considerados femininos ou masculinos são atribuídos aos sexos biológicos tão arbitrariamente como a palavra 'refeição' é atribuída ao gênero feminino em português e a palavra 'repas' ao gênero masculino em francês. Precisamos, portanto, compreender que cada sociedade *usa* o sexo biológico para *construir* uma gramática sexual — ou, como diz Kate Millett, 'uma política sexual' — tão arbitrariamente como os gêneros gramaticais da língua». (Mathieu, 1977, p. 2).

Esta arbitrariedade da cultura, na determinação dos papéis sexuais, encontra, aliás, fundamentação nos conhecidos estudos antropológicos de Margaret Mead (1935): em algumas tribos primitivas, papéis masculinos e femininos são praticamente inversos aos papéis definidos por nossa sociedade atual.

Se percebemos, portanto, que o masculino e o feminino são categorias historicamente definidas — as quais, pela primeira vez na história do homem ocidental, estão sendo fortemente questionadas — cremos que seria importante refletir sobre o significado essencial dos papéis sexuais em nossa sociedade.

Sem entrar em detalhes da situação social do homem e da mulher atualmente, é fácil constatar a profunda desigualdade existente. A oposição entre masculino e feminino em nossa sociedade não se configura como uma oposição complementar, mas sim

como uma oposição hierárquica: na situação profissional, ou na estrutura familiar, a mulher ocupa, em geral, uma posição inferior. Assim, subjacente à polarização dos sexos está a polarização do poder.

Não queremos dizer com isto que a situação de homem seja totalmente confortável. Embora reconheçamos que o sexo masculino detém o poder, e que o poder é sempre desejável — pelo menos dentro dos padrões de extrema competitividade que nos regem — cremos que os papéis sexuais masculinos, conforme definidos, são também terrivelmente limitadores. Começando pela regra de que «homem não chora», até a definição do pai como único responsável pela subsistência econômica da família, vemos que o homem também é constrangido a se submeter às normas sociais, muitas vezes violentando suas tendências naturais. A emoção, o sentimentalismo, a relação mais íntima com os filhos, assim como a necessidade de ócio são, provavelmente, tão almejados por homens quanto por mulheres.

Talvez uma das causas da ausência de reivindicações por parte dos homens, em termos de mudança dos papéis sexuais, seja justamente a ênfase que é dada, por algumas facções feministas, à luta pela tomada do poder. Coloca-se o problema da igualdade entre sexos não como uma questão de liberação de todos os indivíduos, mas quase que como uma questão de substituição nos postos de comando. Evidentemente, esta atitude gera oposições, tanto a nível dos detentores do poder — que se sentem terrivelmente ameaçados e colocados em campo inimigo — quanto a nível dos próprios oprimidos (no caso, as mulheres), que freqüentemente percebem as reivindicações feministas como uma tendência à masculinização.

Uma mulher que entrevistamos recentemente, contou que, quando criança, morando em um sítio no interior, sempre preferia as brincadeiras mais ativas, consideradas masculinas, tendo sofrido violentas recriminações de suas amigas e irmãs. Disse que a primeira vez que foi a um ginecologista, na puberdade, suas irmãs lhe disseram para verificar se não tinha realmente um pênis. Atualmente, casada e com um filho recém-nascido, ela afirma que gosta das atividades mais intensas, consideradas masculinas, e que divide perfeitamente o trabalho doméstico com o marido. Esta mesma mulher, no entanto, afirmou categoricamente que não gosta de trabalhar fora, e que acha muito bom ser sustentada pelo marido:

— Se meu marido morrer, não tenho dúvidas de que procurarei logo outro, que me sustente.

Assim, ao mesmo tempo em que defende a igualdade entre os sexos, e reivindica a oportunidade de expressão de suas tendências ativas, ela reconhece o privilégio de sua situação na estrutura familiar e não quer modificá-la. Provavelmente, esta mulher não daria sua adesão a algumas propostas do movimento feminista.

A antropóloga Verena Martinez-Alier, em um artigo vetado pela censura, que deveria ter sido publicado no jornal *Movimento*, apresenta algumas ideias muito interessantes a este respeito. Diz ela:

«Em primeiro lugar, qual é o objetivo da luta pela emancipação feminina? Trata-se aqui da emancipação da mulher como tal ou da liberação dos homens como um todo? Mais especificamente, de que maneira a incorporação da mulher na produção — que, no fundo, resulta na troca de um patrão, o marido, por outro, o empregador — efetivamente significaria uma maior liberdade para sua realização plena como pessoa? E, finalmente, esta proposta não seria o produto da mesma mistificação da virtude de trabalho que leva os homens a prestarem apoio ativo à sua própria super-exploração? (...)

O trabalho não é uma virtude, mas uma forma mais alta de sujeição. Por isso, como já dizia Lessing: «sejam preguiçosos em todas as coisas, exceto em amar e beber, exceto, em ser preguiçosos» (Martinez-Alier, 1977, pp. 1 e 6).

Esta nos parece, sem dúvida, uma posição mais adequada para o movimento feminista, pois propõe que homens e mulheres se unam na defesa de suas realizações pessoais, percebendo-se igualmente oprimidos. E isto não apenas no sentido de lutarem juntos contra um determinado sistema político e econômico, pois em diferentes sistemas encontramos as mesmas desigualdades entre os sexos. O problema da liberação dos papéis sexuais não parece ficar resolvido com a mudança nas relações entre as classes econômicas. Então, a luta comum deve ser também contra a própria definição dos papéis sexuais, no sentido de rejeitar as regras sociais que limitam homens e mulheres, obrigando-os a se conformarem a uma ordem pré-estabelecida.

O que justifica a necessidade social de se estabelecer uma separação rígida entre os papéis do homem e da mulher? Por que a característica sexual anátomo-biológica dos indivíduos é utilizada pela cultura como marco de divergências tão profundas, em termos de comportamentos ou posições na estrutura social? Esta questão é crucial.

Uma das respostas possíveis está, evidentemente, na necessidade de controle, de manutenção da ordem, tão característica de nossa sociedade. A regra geral é a de que «há um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar», tal que homens devem ser estritamente masculino e mulheres estritamente femininas: a ambigüidade, em termos de papéis sexuais, pode ser uma ameaça muito grande às estruturas sociais existentes e deve ser, portanto, violentamente reprimida. Ainda que haja uma certa aceitação da homossexualidade, esta é também sujeita a regras definidas: os homossexuais são geralmente discriminados, seja através da rejeição ou da condescendência, constituindo-se num grupo marginal que também «conhece o seu lugar».

Assim, desde que cada um aceite permanecer nos limites socialmente concedidos, a ordem não fica ameaçada; o que não se concebe é que existam homens masculinos com atitudes femininas ou vice-versa.

Um exemplo marcante dessa necessidade de ordem, em relação aos papéis sexuais, encontra-se no texto do antropólogo Pierre Clastres, (1966), intitulado: «O Arco e o cesto». Tendo estudado uma tribo de índios Guayaki, ele encontrou dois casos de homens que carregavam cestos, atividade considerada exclusiva das mulheres. Nesta sociedade, «um caçador não suportaria o vexame de transportar um cesto, enquanto que sua mulher temeria tocar seu arco» (Clastres, 1966, p. 6). No entanto, quando um índio tinha pouca sorte na caça ele era repudiado pelo grupo masculino, tornava-se um *pané*, e ficava relegado ao cesto, como símbolo de sua incapacidade nas atividades masculinas. Os dois *panés* estudados por Clastres eram, todavia, muito diferentes: um deles não se adaptava ao grupo feminino, sentia-se inquieto e descontente, permanecendo, no fundo, um homem. Porém, como era *pané*, as mulheres não o aceitavam como marido, nem os homens como companheiro. O outro assumiu plenamente a sua condição no grupo feminino, passando a viver como as mulheres, mantendo os cabelos mais compridos e executando trabalho nitidamente femininos, sendo também oficialmente reconhecido como homossexual. Em contraposição, o grupo social — que rejeitava e zombava do *pané* desajustado — aceitava tranqüilamente este homossexual, que havia definido o seu lugar entre as mulheres. Para Clastres: «(...) este havia encontrado, através de sua homossexualidade, o *topos* destinado por sua incapacidade de ocupar o espaço dos homens; o outro, em compensação, refutando o movimento desta mesma lógica, foi eliminado do círculo dos homens, sem por isso integrar-se no das mulheres. Conseqüentemente, isto significava que, literalmente, ele não se encontrava em parte alguma (...) constituía em si mesmo uma espécie de escândalo lógico. Pelo fato de não se situar em nenhum lugar, nitidamente referenciado, ele escapava ao sistema e introduzia nele um fator de desordem; o anormal, de certo ponto-de-vista, não era o outro, era ele. Onde, sem dúvida, a agressividade secreta dos Guayaki em relação a ele, que se extravasava, por vezes, na forma de zombaria» (Clastres, 1966, p. 9).

Este exemplo da ameaça sentida por uma tribo indígena diante da ambigüidade de um indivíduo, em relação aos papéis sexuais rigidamente diferenciados, não está muito longe dos exemplos que ainda hoje encontramos em nosso grupo social. Como dissemos, o homossexual assumido é, de certa forma, aceito, desde que encontre «seu lugar» em um grupo marginal. Mas os casos ambíguos, os casos das mulheres profissionalmente agressivas (que ao mesmo tempo desempenham o papel materno com seus filhos) ou o caso dos homens que sentem prazer em ficar em casa

cuidando dos filhos, estes, em geral, são violentamente atacados pela zombaria, por serem mais ameaçadores à ordem social vigente.

Finalmente, cabe perguntar por que, em nossa sociedade, as características masculinas são consideradas positivas, enquanto que as características definidas como femininas são tão desvalorizadas. O trabalho «feminino», que envolve dedicação e paciência, bem como os sentimentos «femininos» de afeto, dependência e as atitudes de passividade são, em geral, pouco valorizadas. No entanto, têm, sem dúvida, um lado muito positivo. Há muitas mulheres que realmente gostam de realizar tarefas domésticas, cuidar dos filhos e manter relações de dependência. O problema está no fato de que estas atividades ou características não se apresentam como opções, sendo, de certa forma, impingidas à mulher tanto quanto são proibidas ao homem.

O ideal seria que homens e mulheres pudessem optar livremente por aspectos de um ou outro papel, sem rigidez e que os aspectos femininos fossem socialmente valorizados como os aspectos masculinos. Mas, para isto, seria necessária uma modificação radical na ideologia da cultura, de modo que a afetividade, nas relações interpessoais, fosse tão valorizada quanto a competição e a agressividade. Vivemos hoje em uma sociedade economicamente competitiva, onde há mais lugar para o individualismo e a agressividade do que para a cooperação, a sensibilidade e o afeto.

A verdadeira liberação dos papéis sexuais ocorrerá apenas na medida em que homens e mulheres puderem se tornar andróginos, como definiu June Singer:

«A androginia se refere a uma maneira específica de reunir os aspectos masculinos e femininos de um mesmo ser humano. Encontramos uma clara tendência em direção à androginia, no mundo ocidental de hoje, em termos dos costumes sociais e da moral, e também na conscientização de milhares de pessoas que estão procurando uma forma de expansão de suas próprias consciências e do mundo em que vivem (...)

Além da contestação do poder, além da polarização da consciência masculina e da consciência feminina, existe a intuição de que deve haver algo mais, um desenvolvimento maior da consciência humana» (Singer, 1977, p. 22-24).

Concordamos plenamente com essas afirmações. A polarização social entre os sexos que, como colocamos no início deste trabalho, transforma uma característica anátomo-biológico — de importância apenas relativa — em um fator crucial para o desenvolvimento do ser humano, parece sem sentido. E sem sentido também a transformação da oposição homem-mulher em uma oposição hierárquica, onde as características masculina estão associadas a valores positivos e as características femininas a valores negativos. A hierarquização apenas se justifica em termos políticos, para manter o status quo no sistema sócio-econômico, basicamente competitivo, em que vivemos.

Como disse Verena, há uma mistificação da virtude do trabalho produtivo, ao lado da desvalorização do ócio. A proposta para que sejamos preguiçosos é, no fundo, um convite para que valorizemos as atividades de amar e beber, tanto quanto valorizamos as atividades economicamente rendosas. E por que não?

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ARCHER, J. 1976. «Biological Explanations of Psychological Sex Differences» in Lloyd B. e Archer, J. (Eds) *Exploring Sex Differences*. p. 241-266. Academic Press. London.
- BARROSO, C. 1977. «Diferenças Sexuais» *Cadernos de Pesquisa*, 21, 47-60.
- BIRNS, B. 1976. «The Emergence and Socialization of Sex Differences in the Earliest Years» *Merrill Palmer Quarterly*, 22, nº 3, 229-254.
- BUFFERY, A.W.H. e GRAY, J.A. 1972. «Sex differences in the development of spatial and linguistic skills» in: C. Ounsted e D.C. Taylor (Eds) *Gender Differences: Their Ontogeny and Significance*. Churchill, London.
- CLASTRES, P. 1966 «L'Arc e le Panier». *L'Homme-Revue Française d'Anthropologie*, v. VI, cahier 2, p. 13-31. (apostila da Universidade Estadual de Campinas; tradução de Gioconda Mussolini).
- GARAL, J.E. e SCHENFELD, A. 1968. «Sex differences in Mental and Behavioral Traits». *Genetic Psychology Monographs*, 77, 169-299.
- LEWIS, M. 1972. «State as an Infant-Environment Interaction: An Analysis of Mother-Infant Interaction as a Function of Sex». *Merrill Palmer Quarterly*, 18, 95-121.
- MACCOBY, E.E. e JACKLIN, C.N. 1974. *The Psychology of Sex Differences*. Stanford University Press. Stanford.
- MARTINEZ-ALIER, V. 1977. «O Trabalho não é Pré-Condição para a Emancipação da Mulher». Mimeografado.
- MATHIEU, N.C. 1977. *Ignored by Some, Danied by Other — The Social Sex Category in Sociology*. Women's Research and Resource Centre Publications. London.
- Mc GUINNESS, D. 1976. «Sex Differences in the Organization of Perception and Cognition» in Lloyd, B. e Archer, J. (Eds) *Exploring Sex Differences*. p. 123-156. Academic Press. London.
- MEAD, M. 1935 *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*. Dell Publishing Co. (4ª edição — 1971).
- MONEY, J. 1973. «Prenatal Homones and Postnatal Socialization in Gender Identity Differentiation» in Cole, J.K. e Dienstbier, R. (Eds). *Nebraska Symposium on Motivation*. University of Nebraska Press. Lincoln, Nebraska.
- MOSS, H.A. 1967. «Sex, Age and State as Determinants of Mother-Infant Interaction». *Merrill-Palmer Quarterly*, 13, 19-35.
- OUNSTED, C. e TAYLOR, D.C. 1972. *Gender Differences: Their Ontogeny and Significance*. Churchill. Livingstone, Edinburgh.
- ROGERS, L. 1976 «Male Hormones and Behavior» in Lloyd B e Archer, J. (Eds) *Exploring Sex Differences*, p. 157-184. Academic Press. London.
- RUBENSTEIN, J. 1967. «Mother Attentiveness and Subsequent Exploratory Behaviour in the Infant». *Child Development*, 38, 1089-1100.
- SINGER, J. 1977. *Androginia — Towards a New Theory of Sexuality* — Routledge and Kegan Paul. London.